

Na origem da indignidade: má “corporate governance”. Sempre



LUÍS TODO BOM
Professor Associado Convidado do ISCTE

Este artigo é escrito por um imperativo de consciência.

Que me trará, certamente, muitos dissabores.

Foi espoletado por uma mensagem de um ex-colega de administração de uma empresa que anda, neste momento, nas primeiras páginas dos jornais, obviamente pelas más razões, e que rezava assim: “O trabalho dedicado, competente e honesto de toda uma geração foi para o lixo e ... não passa nada! Triste mesmo!”

Como dizia Sophia de Mello Breyner, “vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”.

Esta convicção de impunidade que perpassa pela sociedade portuguesa, em relação aos desastres e escândalos que ocorrem na comunidade empresarial, pública e privada, é devastadora para a recuperação da confiança, necessária para relançar o investimento e promover o crescimento e desenvolvimento do país.

Porque não se trata de incidentes empresariais, associados ao risco normal que esta actividade incorpora.

Estamos perante situações de absoluta indignidade, na condução de organizações empresariais de referência e com dimensão adequada para poderem adoptar as melhores práticas de gestão existentes no mercado.

E não vale a pena culpar os partidos políticos por estes desastres, tentando dar um cariz político a um fenómeno eminentemente empresarial.

Os responsáveis por estas situações são os actores individuais destas empresas e os seus órgãos sociais. Na origem da indignidade estão processos de má “corporate governance”. Sempre.

Como, aliás, ocorreu em situações internacionais semelhantes, embora, com resultados de processos judiciais, muito diferentes.

Nestes casos verificou-se um funcionamento deficiente de todos os órgãos sociais das empresas en-

volvidas: assembleia-geral, conselho de administração, comissão executiva e conselho fiscal, além dos auditores externos.

Mas, a parte de leão deste processo de má “corporate governance” cabe aos órgãos de supervisão, interna e externa.

Comissões de auditoria, de remunerações, de “compliance” e de risco do conselho de administração presididas por administradores não-independentes (e que por conseguinte nunca se aperceberam e não se recordam de nada) estão na origem deste descalabro. “Idem” para as comissões de estratégia e de investimento, designadas pelos accionistas.

Traduzindo a não observância dos processos de boa “corporate governance”. Sempre.

A confiança no mercado de capitais e nos produtos financeiros apresentados pelas empresas portuguesas está definitivamente comprometida.

Numa altura em que o Governo está a desenvolver um esforço meritório para a capitalização das empresas portuguesas, em que o investimento estrangeiro abrandou e alguns dos nossos mercados de exportação estão em crise, estes indicadores de descrédito na comunidade empresarial são profundamente negativos.

Avaliar e resolver o passado só importante para melhorar o presente e preparar o futuro.

E não existirá futuro se mantivermos as práticas do passado.

E a solução é simples. Basta adoptar nas nossas empresas as melhores práticas de “corporate governance”.

Com um abraço amigo,
Luís T. B.